N°1624, QUINTA – FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2011

Tucanos condenam tentativa do governo de interferir na direção da maior empresa privada do país

Parlamentares

temem problemas

de gestão na Vale e

criticam gula

insaciável do PT por

cargos e poder

Parlamentares do PSDB criticaram nesta quarta-feira (23) a tentativa do governo Dilma de interferir na direção do comando da Vale do Rio Doce, com consequências danosas para a principal empresa privada do país. Conforme destacou o Instituto Teotônio Vilela em carta de conjuntura divulgada ontem, a mídia vem alertando para as ações do Planalto visando tirar Roger Agnelli da presidência da mineradora. De acordo com o jornal "O Estado de S.Paulo", o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é o responsável por "negociar" a saída do exe-

cutivo.

O líder tucano na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, alertou para a ingerência da gestão petista no controle da companhia, em um processo classificado pelo parlamentar de "estatização branca". "O governo do PT quer fazer a antiga Vale do Rio Doce, a maior mineradora do Brasil, voltar a ser algo parecido com os Correios, a

Eletrobrás e a Petrobras, aviltadas pelo interesse político, que servem aos interesses dos cabides de emprego para atender ao fisiologismo de formação das composições políticas momentâneas, de ocasião", declarou. Na ocasião, o líder leu trechos da carta do ITV.

O líder da Minoria na Casa, Paulo Abi-Ackel (MG), demonstrou preocupação com a tentativa do governo de usar a estrutura da Vale e determinar mudanças na empresa. "Estamos falando do risco grave de uma companhia que é objeto de orgulho nacional se transformar em mais uma fonte de organização e ocupação política de sua estrutura. Isso colocaria em risco a eficiência de sua gestão e, sobretudo, o excelente desempenho que ela tem tido em todo o mundo", afirmou.

O presidente nacional do PSDB, deputado **Sérgio Guerra** (**PE**), disse que esse tipo de ingerência é muito ruim para

a democracia. "Não dá para aceitar que uma empresa como a Vale, que tem produzido resultados extremamente satisfatórios, seja submetida a ações de interferência do Estado", criticou. Para Guerra, a fome petista por cargos é insaciável. "Eles querem ocupar tudo e mandar em tudo. Isso é antidemocrático", completou.

Em visita ao Congresso, o ex-governador José Serra também condenou o aparelhamen-

to exercido pelo PT em empresas privadas. Segundo ele, a prática não é recente. "Não é que a Vale não possa trocar seu presidente. O problema é aparelhar uma empresa como essa para fins político-partidários. Isso é um fenômeno antigo e presente. Trata-se da burguesia estatal petista, que prosperou bastante nos últimos anos", ressaltou.



Leia a íntegra da Carta de Formulação e Mobilização Política do Instituto Teotônio Vilela

Deputados e senadores do PSDB se reúnem com José Serra para debater reforma política

A reforma política foi o ponto central do encontro que reuniu nesta quarta-feira (23) o ex-governador de São Paulo José Serra e parlamentares do PSDB na Liderança do partido no Senado. Vários tucanos estiveram no encontro, como o presidente do partido, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, e os líderes da legenda no Senado e na Câmara, **Alvaro Dias (PR)** e **Duarte Nogueira (SP)**, respectivamente. Os congressistas debateram com Serra uma posição conjunta para ser levada às comissões especiais sobre o tema em funcionamento nas duas Casas.

Serra propôs que se tente apressar a votação do voto distrital misto para que seus efeitos possam valer para as eleições municipais de 2012 nos municípios com segundo turno, ou seja, com mais de 200 mil eleitores. "Cada distrito da cidade elegeria um vereador. Em Belo Horizonte, por exemplo, haveria um distrito de 40 mil eleitores. Em São Paulo, de 150 mil. Isso aproxi-

ma muito o eleitor do eleito e reduziria tremendamente o custo das campanhas", defendeu.

Alvaro Dias reiterou a importância das Casas do Congresso entrarem em sintonia para que o anteprojeto da reforma seja votado com celeridade. "Em 2000, o Senado aprovou um texto com os itens fundamentais da reforma política, mas na época a Câmara não deu continuidade à votação e a reforma foi enterrada. Não podemos deixar que isto se repita agora", alertou.

O senador **Aécio Neves (MG)** disse que apesar de nem todos os pontos da reforma serem consenso na bancada, a posição majoritária do partido é pelo voto distrital misto e o fim das coligações. "Existe convergência em vários temas da reforma, e na próxima semana o partido realizará um seminário interno para discutir a fundo o assunto. Ouviremos especialistas e opiniões diversas para construirmos um consenso", afirmou, ao se referir ao encontro marcado para o dia 31.

Caso Jaqueline Roriz: Carlos Sampaio quer ouvir depoimento de Durval Barbosa no Conselho de Ética

Relator do processo instaurado nesta guarta-feira (23) contra Jaqueline Roriz (PMN-DF) no Conselho de Ética da Câmara, o deputado Carlos Sampaio (SP) quer ouvir o delator do esquema de corrupção no Governo do Distrito Federal, Durval Barbosa. O tucano destacou que só deve convidar para depor quem realmente possa contribuir para solucionar o caso, sem transformá-lo em um "espetáculo". O parlamentar também afirmou que qualquer prejulgamento contra a parlamentar não contribuirá em nada para os trabalhos do conselho. Segundo ele, é preciso que todas as nuances do caso sejam analisadas e todas as partes envolvidas tenham a oportunidade de se manifestar.

"O nosso papel é agir com a imparcialidade e a isenção esperadas deste colegiado. Aqui nós somos magistrados de fato, e não de direito", afirmou. Para ele, o assunto causa um impacto negativo entre todos os parlamentares e por isso é importante não partidarizar a questão ou "expor pessoas ao ridículo". O tucano declarou ainda que pretende ouvir o marido da deputada, Manoel Neto, e não descartou a possibilidade de convidar os ex-governadores do DF Joaquim Roriz (PSC) e José Roberto Arruda para prestarem depoimento.

Quanto à legitimidade do Conselho de Ética de cassar o mandato da parlamentar, Sampaio afirma que irá se debruçar sobre a questão. De acordo com o tucano, há precedentes semelhantes que tornam possível a hipótese de cassação de Jaqueline por quebra de decoro mesmo diante de acusações sobre fatos anteriores à posse da deputada federal.

A deputada foi flagrada, ao lado do marido, em vídeo gravado por Durval Barbosa recebendo dinheiro de suposto caixa dois durante a campanha para a Câmara Legislativa do DF em 2006. Em nota, ela admitiu que a quantia se tratava de "recurso não contabilizado de campanha".

O relator também considerou possível o convite ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para contribuir com o caso. A sugestão foi feita pelo deputado Fernando Francischini (PR). O tucano espera que Gurgel compareça ao colegiado e fale sobre as condições do acordo de delação premiada, feito entre a Justiça e Durval Barbosa, e sobre a operação Caixa de Pandora. O procurador-geral pediu abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal para apurar a conduta da parlamentar.

O Conselho de Ética enviou, logo após a instauração do processo, uma notificação à Jaqueline Roriz. Depois que a deputada for notificada, terá o prazo de cinco sessões ordinárias do Conselho para apresentar defesa. O Psol, partido que solicitou a instauração do processo, avisou que também pedirá investigação das denúncias de que a deputada teria usado verba indenizatória de gabinete para pagar o aluguel de uma sala comercial em nome do seu marido. A Corregedoria Geral da República também deve iniciar investigação das acusações contra Jaqueline.

Leia também em nosso blog:

- → Domingos Sávio defende revisão do programa nuclear brasileiro para evitar danos à população
- → Lúcia Vânia e Aloysio Nunes questionam diretor da CNEN sobre riscos de acidentes nucleares no Brasil
- → Bruna Furlan e William Dib querem justificativas de ministro sobre a construção de usinas
- A pedido de Bruno Araújo, comissão debaterá condições do Brasil para lidar com desastres
- → Catástrofes climáticas: comissão fará reunião no Rio para discutir medidas de prevenção e recuperação
- → Tucano cobra esclarecimentos de presidente da EBC e de ministro da CGU sobre irregularidades em licitação
- → Mara Gabrilli e Vanderlei Macris pedem explicações para problemas de transporte de deficientes físicos em aeroportos
- → Ministro da Saúde deve ir à Câmara esclarecer falta de remédios para tratamento da aids
- → Ruy Carneiro exige ações mais enérgicas do Executivo no combate à exploração infantil e ao turismo sexual
- Carlos Brandão assume presidência da subcomissão que acompanhará as obras do PAC
- → Relações Exteriores: Carlos Alberto Leréia recebe embaixador da Coreia do Sul
- → Código Florestal: Ricardo Tripoli busca consenso no Ministério do Meio Ambiente
- → Governo Dilma estende as garras sobre a maior empresa do Brasil, alerta ITV
- → Artigo: "Morre o homem, fica a ideia", por Marisa Serrano
- → Artigo: "Transparência na política", por Paulo Abi-Ackel
- → Direto do Twitter, com os deputados Jorginho Mello (SC), Rodrigo de Castro (MG), William Dib (SP) e Andreia Zito (RJ) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Marisa Serrano (MS)
- → Direto do Plenário, com os deputados João Campos (GO), Jutahy Junior (BA) e Raimundo Gomes de Matos (CE)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF)■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350 Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa

■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com 🧑 , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 🔀



 \blacktriangleleft